

Setor elétrico brasileiro em discussão

Fórum de Engenharia, promovido pelo SENGE-RJ, aborda temas como: Desafios para Expansão do Setor Elétrico Brasileiro; Formação de Engenheiros e Mercado de Trabalho; Políticas Públicas e Desenvolvimento Urbano, Educação, Habitação, Saúde, Segurança e Saneamento. **PÁGINAS 5 À 9**

PRIVATIZAR PARA QUÊ?

Leonardo Santos



Terceirização de serviços públicos eleva ações fraudulentas, aumenta o número de "gatos" na rede elétrica e resulta em más condições de trabalho

Páginas 10 e 11

ESTRATÉGIAS DO IMPÉRIO

Presidente dos EUA visita o Brasil, ordena bombardeio à Líbia e reafirma o rumo do poder global



Manifestantes se reúnem na Cinelândia contra a vinda de Barack Obama ao Rio de Janeiro. **Editorial Pág. 2**

A visita de Barack Obama ao Brasil

A visita do presidente americano ao Brasil não representa um simples e alegre fim de semana da família Obama no “patropi”. Ela faz parte da estratégia do agora poder global diante das recentes mudanças no interior do império. Não foi por acaso que a visita coincidiu com o desastre nuclear no Japão e que foi no Brasil que foi dada a ordem para bombardear a Líbia.

A hegemonia e poderes exercidos pelos EUA sobre o mundo tendem a ser cada vez maiores desde a queda do chamado “bloco socialista”, no final dos anos 80, e uma ordem emanada para a invasão da Líbia parece a coisa mais natural, como se os EUA tivessem o “direito” de invadir qualquer país. Isto não quer dizer que este sistema de dominação se faça sem o concurso de hegemonias regionais e guerras localizadas. Daí as visitas e ações no plano diplomático.

A eleição de Obama aconteceu no quadro da pior crise vivenciada pelo capitalismo internacional, desde os anos 30, com a característica de começar no próprio coração do sistema, os EUA. A ascensão da China, a recessão no Japão e o aprofundamento de sua crise interna com o desastre nuclear, a revolução no mundo árabe, sem que se possa prever o rumo que irá tomar, tudo isto trará profundas mudanças nos poderes políticos nacionais e regionais.

Para administrar o império, nesta nova fase, nada melhor do que um presidente com o charme, a elegância e eloquência de Obama. A truculência de Bush e de seu grupo de paranoicos já não se coaduna mais com o momento atual. Obama pode, em um jantar em sua homenagem, em qualquer lugar do mundo, com um simples telefonema, invadir um país com a mesma naturalidade com que aperta o nó da gravata. É assim que funciona o poder global.

Cuidados humanos

■ ROBERTO SATURNINO BRAGA

Li que o Rio, de população muito menor, tem mais academias de ginástica do que São Paulo. Duas explicações: os cariocas se dedicam mais ao cuidado do corpo ou têm mais disponibilidade de tempo para o trato pessoal.

Acredito mais na primeira hipótese, seja porque os cariocas usufruem da imensa orla da praia e têm muito mais oportunidades, e até mais gosto, para a exposição do corpo; seja porque, na distribuição do tempo escasso, desenvolveram uma tradição de prioridade maior ao senso estético da figura pessoal. Isso é um julgamento da observação pessoal, superficial, muito ao gosto do político, que sou, que sempre precisa encontrar respostas rápidas para questões profundas. Os cientistas, os acadêmicos obviamente rejeitam essas razões. Mas aqui vou ficar com elas, até pela falta de outras mais acuradas.

O cuidado com o corpo é também um cuidado com a saúde; essa é uma visão nova, da modernidade, presente hoje no mundo inteiro. E há academias muito especiais de ginástica medicinal, onde os clientes são submetidos a uma minuciosa avaliação prévia e depois a exercícios dosados e monitorados quase como num hospital, seguidos de reavaliação semestral capaz de mostrar os resultados.

Estamos falando, porém, das motivações e das academias ordinárias, que prometem a esbeltez e a moldagem do corpo. E o que quero trazer em paralelo às minhas considerações é o outro tipo de cuidado humano, correspondente à outra face do ser: quero falar dos cuidados da alma. E começar dizendo que a minha sensação é de que, nesta preocupação, como na do corpo, os cariocas são, também, mais dedicados que os paulistas. Refiro-me à dedicação aos afetos, sentimentos, amizades, confraternizações, ao lazer em grupo, o chamado “happy hour”, à música particularmente e à arte em geral, à meditação, à religião, às leituras como um todo. Outra vez é puro sentimento, não tenho nenhuma informação organizada.

Faço esses julgamentos e os tenho reforçados pela frequência com que vejo cariocas que querem ganhar dinheiro mudarem-se para São Paulo, submetendo-se muitas vezes à rotina cruel da ponte aérea toda semana para não perder o vínculo com o Rio, como se observassem uma lei que diz: ganhar dinheiro é em São Paulo; viver é no Rio.

Neste ponto, todavia, cariocas e paulistas estão submetidos à mesma tortura diária dos exaustivos deslocamentos

casa-trabalho, que frequentemente consomem quase duas horas na ida e outras tantas na volta; tiradas do descanso, do lazer e das ocupações da alma. Um verdadeiro horror em termos de qualidade de vida.

E é aonde quero chegar: na afirmação da necessidade humana, fundamental, de dispor de mais tempo para esses cuidados essenciais do ser, do corpo e da alma. Necessidade fundamental que requer, imprescindivelmente, a redução da jornada de trabalho.

Trata-se de uma libertação que a tecnologia viabilizou completamente e que começa, muito timidamente, a ser efetivada em várias partes do mundo mais rico. As informações são de que as empresas que adotaram espontaneamente essa redução, ainda pequena, não tiveram nenhuma razão de arrependimento mas foram recompensadas com um substancial aumento da produtividade do trabalho de seus empregados. O que o humanismo está reclamando é uma institucionalização global desta redução. É muito difícil, para um país sozinho, adotar uma jornada significativamente menor, por exemplo, uma jornada de seis horas diárias, já que perderia, inicialmente, sua condição de competitividade econômica em relação ao resto do mundo. Esta é uma questão mundial; uma tese para o Fórum Social Mundial.

É uma questão aberta à iniciativa política dos líderes mais avançados e prestigiosos do mundo; é uma questão aberta aos sindicatos fortes que desfrutaram de capacidade mais funda de visão. A jornada já foi de 12 horas, custou muita luta para baixar para dez e para oito. Por que parou aí, justamente na era do grande desenvolvimento tecnológico, que multiplicou por muito mais que dez a produtividade do trabalho humano?

Numa jornada de seis horas, o capital poderia trabalhar doze por dia, com duas equipes de trabalhadores: compensaria suas perdas e, como decorrência, acabaria com o pavoroso flagelo do desemprego no mundo. E daria ao ser humano essa grande margem de tempo para apurar os cuidados essenciais do corpo e da alma; para ser mais humano.

Eu afirmo a viabilidade econômica desta reivindicação; a questão é eminentemente política, e acho que o nosso grande líder, Lula, bem poderia sair pelo mundo, com a respeitabilidade que adquiriu, clamando, em nome da Humanidade, por essa grande realização humanística.

■ Roberto Saturnino Braga é político e presidente do Instituto Solidariedade Brasil (ISB)



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)
Estagiária: Adriana Martins
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil



Alerta: Assédio Moral

■ Saiba o que é, o que fazer e como denunciar as agressões

Adriana Martins

O assédio moral é um conjunto de más condutas, ainda frequentemente praticado em diversos ambientes de trabalho. As variadas formas de repressão que ferem o trabalhador, direta ou indiretamente, podem e devem ser penalizadas. Algumas condutas podem até mesmo ser caracterizadas como crimes. É o que explica a advogada do SENGE-RJ Sayonara Grillo.

Segundo Sayonara, toda postura direcionada ao trabalhador, repeti-

das vezes, de modo a trazer humilhação ou exclusão, pode ser entendida como assédio moral. “Assédio moral é toda prática, reiterada ao empregado, que causa a redução de sua dignidade”. A advogada diz que há casos em que a ridicularização de um funcionário pode partir tanto de um superior hierárquico, sendo assim definida como “vertical”, como também de modo “horizontal”, cujas ações maldosas provêm de grupos de outros funcionários.

“Esse mundo capitalista exige que o trabalhador vista a camisa da em-

presa. E, muitas vezes, o assédio moral ocorre não apenas como persecutório de um chefe maldoso, mas até mesmo como uma prática organizacional, por conta das metas excessivas que, quando não cumpridas, resultam em sanções”, informa.

Quando um empregado é rebaixado de um cargo, excluído de funções que corresponderiam a sua função, ou é posto na ociosidade, já é possível avaliar a situação como assédio moral, segundo afirma a advogada. “Além disso, piadas, ofensas e gritos, quando direcionados ao

trabalhador, também podem justificar o assédio moral”, ressalta.

Como proceder

De acordo com a advogada Sayonara, caso essas práticas ocorram e o trabalhador se sinta lesado, o ideal é reunir todas as provas e procurar a Justiça. “O trabalhador pode procurar o departamento jurídico de um sindicato da classe e apresentar o caso para que seja avaliada a melhor maneira de agir, sendo essa uma ação judicial ou uma mesa redonda para discutir a questão”.

A advogada ainda afirma que o empregado também pode denunciar essas atitudes nocivas de maneira sigilosa, no Ministério Público do Trabalho. E ainda assegura: “Em alguns casos, mesmo se o empregado for despedido da empresa, ele pode entrar com uma ação por danos morais”, finaliza.

Prática atinge funcionários da EPE e do Cepel

A Empresa de Pesquisa Energética demitiu dois funcionários, após um processo que ficou caracterizado como assédio moral. Uma das funcionárias demitidas, na ocasião, é engenheira e entrou na empresa através de concurso público. O outro caso é de um eco-

nomista que, por ter ganho uma ação de assédio moral contra a EPE, acabou demitido. Os Sindicatos Signatários do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) na empresa, SENGE-RJ, Sintergia e Sindecon, estiveram reunidos com a representação da EPE

para discutir o assunto. A empresa nega que tenha ocorrido o assédio moral.

No Cepel, um pesquisador, geógrafo, do Departamento de Otimização Energética e Meio Ambiente (DEA), foi humilhado e teve cobrada uma tarefa que não lhe foi passada,

por estar viajando a serviço. Ele reclamou por escrito da sua chefia imediata e, por conta disto, recebeu uma advertência por escrito. O trabalhador foi ameaçado de demissão, mas os Sindicatos se mobilizaram e conseguiram evitá-la.

SENGE-RJ ganha ação na Nuclep

• O SENGE-RJ foi vitorioso na ação sobre o pagamento dos salários retroativos aos funcionários, referente ao Plano de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR) da Nuclep, em sentença da 1ª instância da vara de Itaguaí, na qual o juiz condenou a empresa a pagar os retroativos do valor devido aos engenheiros, dos anos 2005 a 2010. O plano já havia sido autorizado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e só foi praticado pela empresa no final de 2009, porém sem o pagamento dos retroativos.

O mais relevante nesta vitória é que a decisão do Mérito foi a de “antecipação de tutela”. Outra vitória é que a causa será estendida a todo quadro de engenheiros da Nuclep, independente de serem sócios ou não, sendo que os sócios do SENGE-RJ, ao fim do processo, contribuirão com apenas 10% do valor recebido, enquanto os não sócios deverão contribuir com 20% do mesmo valor.

Salário Mínimo Profissional dos Engenheiros da Petrobrás

• O SENGE-RJ, em conjunto com a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), esteve reunido com representantes da empresa, reivindicando o cumprimento da legislação em vigor, lei 4950-A/66, que garante o Salário Mínimo Profissional superior ao que vem sendo praticado em muitos casos na Estatal. Como não houve, por parte da empresa, qualquer iniciativa para corrigir o problema, o SENGE-RJ publicou um edital convocando os engenheiros da Pe-

trobras, para a Assembleia Geral Extraordinária, que foi realizada na sede do Sindicato, no dia 28/02/2011, e que decidiu pelo ajuizamento de ação para o cumprimento do SMP. A Assembleia contou também com a participação do vice-presidente da AEPET, Pedro Carvalho, e com o presidente do SENGE-SE, Rosivaldo Ribeiro. O Sindicato dos Engenheiros de Sergipe, filiado à Fisenge, também move ação pelo SMP contra a Petrobras.

Ganhos no processo de Database da Ampla

• O processo judicial de diferenças salariais, por conta de reajustes não concedidos pela Ampla, desde 1993, finalmente, em meados de março de 2011, teve parte do valor liberado pela Justiça do Trabalho (parcela incontroversa). São 127 engenheiros, que estão recebendo a sua parte do valor total liberado, de R\$ 666.305,15. A ação judicial ainda está em fase de execução. O SENGE-RJ considera que outros valores ainda são devidos, por isso está buscando provimento judicial neste sentido.

SMP

**SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL - Lei 4950-A/66
ENGENHEIRO, EXIJA SEU DIREITO**

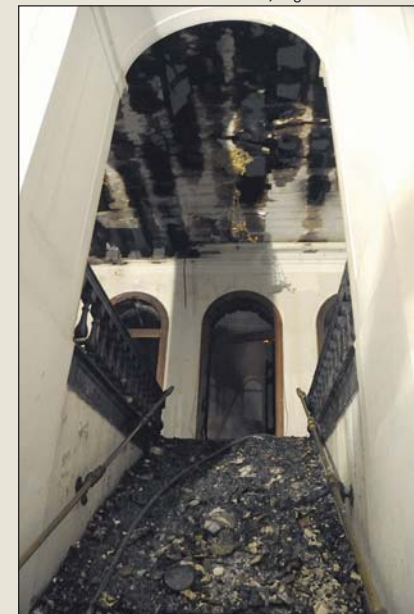
DESCONTROLE

I
Vagando nesse mar de desesperança
Vou tramando esta vã vingança,
Que o meu pranto tenta aplacar.
Alucinadamente mato esta saudade
Que de repente a minh'alma invade
E em delírio faço esta canção,
De pranto amargo que convulsivamente,
Entorpece e enraíza esta dor nascente,
Ponto de soma que me conduz avante,
Se inverte, se inflete, se reproduz latente.
Assim meu corpo se transpôs no tempo,
E do seu ventre me tornei um ser.
Mas o bloco fausto de alegoria,
Compõe a malha que o sistema cria
E me transfere todo o desencanto.
Gélidas lágrimas banham o meu rosto,

Servo mecânico, já não me controlo.
Desmancho o quadro, me deito ao solo,
Vencendo o espaço degrau a degrau.
Inverto o leme para mudar o rumo,
Gerando um erro diferencial.
II
Mecanicamente recobro a consciência,
Recoloco-me mudo em frase e pensamento,
Aliviando a dor cruel deste tormento,
Que me levava célere à loucura.
Qual condenado clamo por clemência,
Mas os olhares que me fazem logo,
Tornam-me cego, antecipando o prólogo.
Então me revoltado e atropelo a vida,
Que se traduz inerte pelo cansaço,
Qual ave de rapina a bailar no espaço aberto,

Como a compor a falsa imagem
De interligar sentidos pela via da ventura.
Desconecto este contato que me impõe um
fechamento,
Me liberto, me releio, me desloco ao vento,
E atravesso o concreto pré-formado em
estrutura.
Me perco no desejo de ultrapassar o tempo,
Disparo no sentido do imprevisível,
Mas o caminho desenhado se torna
inexequível,
Pelo atrito insistente de áreas desconexas,
Desintegro o mundo por literais complexas,
E vejo que o sistema não se tornou possível.

José Amaro B. Lima
é engenheiro da Ampla



Universidade em Chamas

• O Palácio Universitário do campus da UFRJ, na Urca, foi destruído por um incêndio, no dia 28 de Março. O fogo começou às 14 h na Capela no 3º andar, que passava por obras de restauração, e se alastrou para os 1º e 2º andares. Não houve vítimas. As partes mais atingidas foram a Capela, o Auditório Anísio Teixeira e o Salão Vermelho.

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br



Cartas do engenheiro

DAS BOAS RESOLUÇÕES QUE TEMOS...

• Somos aproximadamente 5.000 cidades. No entorno deste fato, um número expressivo de profissionais se movimentam. Aproximadamente 5.000 engenheiros serão responsáveis pelos departamentos de obras, e outros incontáveis profissionais responsáveis pelas secretarias de meio ambiente, de agricultura, de planejamento, infra-estruturas, habitação, responsáveis por fiscalização edilícia, engenheiros contratados para integrar as comissões de licitações, as comissões de avaliações, a comissão de recebimento de obras, engenheiros e arquitetos responsáveis por orçamentos, por medições de obras, por cronogramas físicos financeiros, pela elaboração do livro de obra, profissionais para acompanhar as obras e serviços de engenharia, desde os projetos até o recebimento definitivo, passando pelo gerenciamento diário, profissionais responsáveis por desenvolvimento urbano, pelo trânsito, pela arborização, pela limpeza pública, pelos aterros sanitários, responsáveis por vistorias, laudos, pareceres técnicos, avaliação, perícia, além de gestão, supervisão, coordenação e orientação técnica, e todas as outras atribuições citadas pela Resolução 1.010 do CONFEA, potencializando o uso profissional de suas competências no melhor aproveitamento dos recursos nacionais, no fortalecimento dos quadros técnicos

cos à disposição da gestão pública e no atendimento às demandas sociais.

Fato que deveria preocupar mais o Sistema Crea/Confea, afinal se houvesse uma fiscalização mais intensa, por parte dos Conselhos estes números poderiam se multiplicar. Profissionais que deveriam estar atuando de acordo com o que a Lei exige nos cargos e funções públicas com as responsabilidades que o Sistema deveria estar conferindo (inclusive por Lei) e que, pela ineficiência, descaso, medo e até por fatores políticos não o fazem. Falta uma fiscalização mais intensiva aos órgãos públicos, falta uma cobrança maior das Entidades de Classe, dos profissionais, da Sociedade que ainda não reconhece o profissional como sendo o agente transformador eficaz, competente e capaz de exercer atividade com objetivos maiores, como a preservação e o desenvolvimento harmônico do ser humano e de seu ambiente.

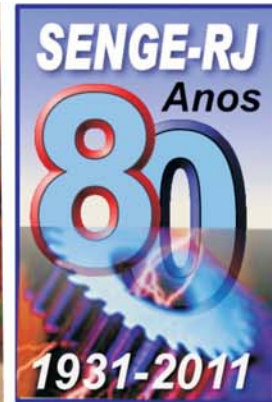
As resoluções do Confea e a Constituição Federal garantem que através de:
Lei Constitucional nº 5.194, de 24 dez/1966 (nos artigos 12/13/37/59)
Lei Constitucional nº 6.496, de 07/12/1997

Constituição Federal de 1988 (no artigo 5º)
Resolução do Confea nº 425 (no artigo 6º)
Resolução do Confea nº 430 (nos artigos 1º, 2º e 3º)
Resolução do Confea nº 456 (no artigo 4º)
Cargos públicos, principalmente os de primeiro escalão, são normalmente ocupados por interesses estritamente políticos, e a maioria dos nossos políticos não considera se um profissional atende ou não à legislação para ocupar tal posição, seja este técnico ou não. Então nomeia pessoas não habilitadas, leigos; e pior... A sociedade tem se calado, não reparando devidamente neste estapafúrdio erro.

O exercício de nossa atividade é privativo de profissionais da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia... Ao defender, estamos valorizando nossa profissão, criando empregos, consequentemente, protegendo a sociedade e denunciando contra a ocupação ilegal dos cargos técnicos. E estaremos também obrigando o nosso Conselho a exercer o papel para o qual foi criado-Regulamentar, fiscalizar.

Atenciosamente,
Luiz Carlos Ramos Cruz

“É preciso uma
fiscalização mais
intensa, por parte
dos Conselhos”



SENGE-RJ promove encontro para discutir Setor Elétrico Brasileiro, Mercado de Trabalho e Desenvolvimento Urbano

Júlia Gaspar e Adriana Martins

Fotos de Claudionor Santana



Especialistas debatem o Setor Elétrico Brasileiro. À mesa: Roberto D'Araujo, Agostinho Guerreiro, Olimpio Santos, Álvaro Cabrini e Pinguelli Rosa

Setor Elétrico Brasileiro: um desafio de reconstrução

Especialistas criticam a política energética do país e sugerem caminhos

O SENGE-RJ realizou o Fórum de Engenharia, nos dias 16, 17 e 18 de março, no auditório do Sindicato e na Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro (Seaerj), para discutir questões importantes para o país. O evento faz parte da série de atividades programadas para comemorar os 80 anos de luta do SENGE-RJ.

O debate “Desafios para Expansão do Setor Elétrico Brasileiro”, realizado no primeiro dia do evento, na sede do

Sindicato, teve a participação do professor da Coppe/UFRJ Luiz Pinguelli Rosa, do representante do Ilumina Roberto D'Araujo, além de representantes da categoria, como o presidente do CREA-RJ, Agostinho Guerreiro, e o presidente do SENGE-RJ, Olimpio Alves dos Santos.

Vantagem das hidrelétricas

Roberto Pereira D'Araujo, engenheiro e consultor em energia elétrica,

representante do Ilumina, faz sua apresentação mostrando que a maior parcela de energia elétrica gerada no Brasil vem das usinas hidrelétricas e que, no país, a maioria das usinas hidrelétricas pertence ao Estado. “E por que construir usinas hidrelétricas? A questão é puramente técnica, temos muita água e uma hidrelétrica é como uma torneira, se você fecha, ela interrompe a produção, mas armazena a água em grandes reservatórios, é como se estivesse armaze-

nando energia. Canadá e Brasil são os países que têm maior capacidade de armazenagem de água em reservatórios, mas hoje não dá para reservar água para seis meses de consumo, é como se os rios secassem e os reservatórios fossem capazes de fornecer água para gerar energia por 180 dias, o que significa usinas com enormes reservatórios e problemas ambientais”.

Fim das Concessões

De acordo com Roberto D'Araujo, o fim das concessões de geração e transmissão de energia das estatais, a partir de 2015, é o problema mais sério que nós estamos passando no setor elétrico brasileiro. O quanto se gasta para construir uma usina de um determinado tipo e o quanto ela devolve na vida útil dela? Ele afirma que, se uma fonte gasta mais energia para ser construída do que ela pode gerar na vida útil dela, então não vale à pena construí-la. “As usinas hidrelétricas duram muito tempo, nos Estados Unidos, há usinas de 140 anos, no Brasil, temos usinas com mais de 100 anos. Esta questão não é considerada pelos ambientalistas. E o que isso tem com a questão das concessões? Ora, se eu concedo uma hidrelétrica para alguém, que investe dinheiro, e recebe de volta este dinheiro, em uns 20 ou 30 anos, quem é que fica com a energia que será gerada depois que a usina já se pagou?”

Brasileiros pagam mais

Para D'Araujo, uma usina não vende a sua própria energia, ela vende a ►



FÓRUM DE ENGENHARIA

energia hidráulica que supostamente substitui. “Assim é o modelo brasileiro, que nenhum país adotou. O paradigma que vamos usar para comparar os preços não é o Japão, não é a China, não é a Alemanha, temos que comparar com países que têm o sistema parecido com o Brasil. E o Canadá tem o sistema mais parecido com o Brasil. Um brasileiro paga, em média, sem impostos, o dobro do que paga um morador da cidade de Quebec, no Canadá, com impostos. Um consumidor ‘baixa renda’ do Maranhão paga 50% mais caro do que um morador de Toronto, ou o mesmo que um ‘alta renda’ do Texas. Sem impostos, nós estamos pagando a mesma coisa que um habitante de Nova Iorque”, explica D’Araujo.

Deteriorização das Estatais

Para concluir, Roberto D’Araujo alerta que “não é possível continuarmos assistindo a deterioração que acontece nas empresas estatais, com os programas de demissões voluntárias, incentivos à aposentadoria, falta de contratação de gente em substituição, terceirização, e parcerias das empresas estatais com as empresas privadas sempre minoritariamente”.

Grupo Eletrobras criticado

O físico Luiz Pinguelli Rosa, professor da Coppe/UFRJ e ex-presidente da Eletrobras, critica as empresas do grupo Eletrobras: “O papel da Eletrobras deveria ser gerar energia, e não superávit primário, houve esperanças de que a lei de desestatização fosse modificada, o que nunca aconteceu”.

Em relação à Furnas, faz uma denúncia: “Nós vimos Furnas gerando energia descontratada, em um percentual que foi crescendo pouco a pouco, a cada ano, e ela vendia pelo preço ‘spot’ de 18 reais, mas começou em 4 reais. E quem recebia o dinheiro da tarifa eram as empresas termelétricas privadas, que vendiam a energia a 150 reais, e não geravam para lugar nenhum, ficavam desligadas”.

O especialista lança um desafio: “Não tem sentindo manter empresas, como o grupo Eletrobras, se não tiverem o dinamis-

Roberto D’Araujo:
“Um brasileiro paga de energia, em média, sem impostos, o dobro do que paga um morador de Quebec, no Canadá, com impostos”



Pinguelli Rosa: “Não é justo uma grande empresa, como a Eletrobras, tornar-se um gigante adormecido”

mo necessário para suportar o setor elétrico brasileiro. Há oportunidades, mas elas não estão sendo usadas. Não é justo uma grande empresa, como a Eletrobras, tornar-se um gigante adormecido, que não investe, proporcionalmente, naquilo que deveria”.

Tarifas Abusivas

Pinguelli considera ótima a retomada de construção de hidrelétricas, mas alerta: “É preciso prestar atenção nas tarifas cobradas, para onde vai este dinheiro? Os canadenses cobram muito menos do que nós cobramos, conforme mostrou o Roberto”. Ele explica sobre os reajustes abusivos e as tarifas baixas e justas: “Uma coisa é a tarifa residencial da classe média, caríssima e sem redução, outra coisa é a tarifa social, que se cobra, supostamente, a pessoas de baixa renda, e também há pessoas beneficiadas corretamente pelo projeto Luz Para Todos, muito bem sucedido”.

Luiz Pinguelli considera que há contratos ilegais: “Também há o que se cobra dos chamados consumidores livres, que compram energia, supostamente, de produções independentes, mas, ao fim das contas, compram de comercializadoras que estão vendendo energia do sistema, que, no setor elétrico, é flutuante, que não pode ser garantida, mas que está sendo vendida, estão se beneficiando do sistema, e comprando a preços de oportunidades, contratos laterais de alguns núcleos vantajosos”.

O especialista afirma que é necessário que se encontre o preço médio desta energia brasileira. “Mas, de qualquer maneira, há uma apropriação de recursos “in loco”, isso tem que ser discutido, na minha opinião, isso vai para o setor elétrico privado, boa parte estrangeiros. Mas eu não sei por que, no Brasil, acontece esta coisa estranha, as formas de reajustes tarifários são muito acima dos reajustes inflacionários. Isso não é exclusivo do setor elétrico, quem tem plano de saúde sabe. Esse enigma precisa ser estudado e cobrado do governo”, conclui.

Desafio

Também fizeram parte da mesa de debate Agostinho Guerreiro, presidente do Crea-RJ; Olímpio Alves dos Santos, presidente do SENGE-RJ; e Álvaro Cabrini, presidente do Crea-PR. Agostinho Guerreiro diz que há um desafio a ser enfrentado no setor elétrico: “A nossa responsabilidade, como técnicos, sindicalistas, entes políticos e cidadãos, é tratar este tema com muita responsabilidade, temos um desafio planetário, que também tem relação com a realidade interna do nosso país”. Ele explica que defende a energia nuclear para o desenvolvimento técnico, mas enfatiza que o enfoque desta questão deve ser ainda mais responsável.

Complementando, Olímpio dos Santos, presidente do SENGE-RJ, diz que é muito importante esse tipo de debate, são questões de interesse da categoria e de toda a sociedade e é fundamental que seja tratado democraticamente. “A democracia está em constante construção, precisamos debater a nossa realidade permanentemente”.



No segundo dia do Fórum de Engenharia, formam a mesa: Jéssica Naime, Aline Barros, Agamenon Oliveira, Paulo Granja e Glauco Furtado

Formação de Engenheiros e Mercado de Trabalho

Fórum reúne estudantes, professores e especialistas no campo profissional da engenharia

O segundo dia do Fórum dos Engenheiros é marcado pelo tema “Formação de Engenheiros e Mercado de Trabalho”. À mesa, o diretor do SENGE-RJ Paulo Granja, a técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Jéssica Naime, a gerente de Recursos Humanos da empresa João Fortes, Aline Barros, e o engenheiro mecânico e civil Glauco Furtado, mediados pelo diretor do Sindicato Agamenon de Oliveira, estabelecem parâmetros, inovam, dão dicas e informações importantes aos estudantes e profissionais da engenharia.

Bolsa de Trabalho

Paulo Granja apresenta um novo serviço, com previsão de lançamento para julho de 2011, chamado Bolsa de Trabalho. Diante de ofertas e procuras de oportunidades, o Sindicato ocupa um lugar relevante quanto à troca de informações entre empregadores, empregados e profissionais liberais. É o que confirma o diretor Granja. Segundo ele, o SENGE-RJ recebe regularmente tanto uma boa quantidade de currículos quanto vagas e serviços oriundos de empresas de todos os portes. “A ideia é organizar



Paulo Granja: “A ideia é organizar um banco de oportunidades para os profissionais da engenharia”

um banco de oportunidades para os profissionais da engenharia de forma inovadora e diferenciada”, assegura.

O SENGE-RJ tem diversos motivos para a criação desse banco de cadastros. É o que Paulo Granja afirma, ao citar que nem todas as oportunidades estão reunidas em uma página de internet. “O mercado não é tão simples para quem busca emprego. Na engenharia, há grande quantidade de ofertas, que

nem sempre estão reunidas em um site. Há, na internet, sites genéricos, mas que não proporcionam a interação profissional/empresa”, explica.

Ainda de acordo com Paulo Granja, tendo em vista a realidade interativa no mundo contemporâneo, há, inclusive, meios de se divulgar vários currículos, inserir áudio e vídeo, por meio de um sistema integrado de cadastros. A função *feedback* também está presente ▶



FÓRUM DE ENGENHARIA

no projeto, e visa a avaliação qualitativa do estudante, do profissional e do empregador.

“O SENGE-RJ pretende, com o Bolsa de Trabalho, reunir estudantes, profissionais e empresas, na intenção de colaborar com o crescimento de todos. E não é preciso se filiar ao Sindicato para participar da bolsa. Mas há serviços exclusivos para associados. Ofertas especiais de oportunidades e editais de concurso são exemplos”, conclui.

Participação de engenheiros no mercado formal de trabalho

Essa integração estudante-profissional-empresa pode possibilitar mudanças positivas em algumas estatísticas em relação ao mercado de trabalho da engenharia. Alguns dados apresentados pela técnica do Dieese Jéssica Naime, na palestra “Ocupações da engenharia no mercado formal de trabalho no estado do Rio de Janeiro”, apontam que a distribuição das ocupações da engenharia tem grande concentração no Sudeste. Segundo Jéssica, o Rio de Janeiro é o segundo estado (14,9%) em número de vínculos empregatícios da categoria, de acordo com registros no Ministério do Trabalho. São Paulo ocupa o primeiro lugar, com 34,9%.

Com base no trabalho desenvolvido pelo Dieese, a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2009, declarada anualmente por empregadores, o estado do Rio tem crescimento expressivo das ocupações. A técnica acredita que a exploração do petróleo tem sido propulsora desse aumento significativo. Jéssica ainda afirma que a retomada dos investimentos no mercado pode ter proporcionado a inserção dos mais jovens na Engenharia. E, de acordo com as estatísticas, as mulheres se encontram nos grupos de menor idade e também nas menores faixas de tempo na empresa. “O perfil da engenharia vem mudando e tem maior feminização no mercado”, informa.

Salário ainda abaixo da média

Quanto aos salários, o Departamento Intersindical revela um dado agra-



Glauco Furtado fala sobre a Resolução nº 1.010 e Aline Barros apresenta estratégias de contratação da João Fortes



Jéssica Naime: “Há maior feminização no mercado”

vante: Em 2009, quase 30% dos engenheiros receberam salários inferiores ao Salário Mínimo Profissional. O SMP é defendido pelo SENGE-RJ, sob a lei 4.950 – A/66.

Mercado, metas e perfil profissional

A gerente de RH da empresa João Fortes, Aline Barros, diz que, em rela-

ção às formas como as empresas da categoria contratam, ainda prevalece o famoso *network*. Segundo ela, outros profissionais da área sugerem pessoas conhecidas para completar o quadro de funcionários. Entretanto, caso não haja, consultorias e palestras em universidades são outros meios pelos quais aquela companhia busca os profissionais.

Em relação ao perfil dos profissionais, Aline defende que a empresa busca quem queira crescer, e diz: “A experiência, a bagagem que esse profissional pode trazer, é o que mais atrai a empresa, porque tem que ter consistência”.

Segundo a gerente de RH, a empresa João Fortes, atuante no segmento da construção civil, investe nos funcionários, desde a fase de estágio, com programas de treinamento e capacitação. No que diz respeito à formação universitária, Aline observa uma mudança no perfil do estudante. “Eles avaliam primeiro se o valor da bolsa compensa o trabalho e deixam de lado o valor da experiência. Mas nós, ao contratarmos, também avaliamos a técnica”, afirma, completando que o relacionamento interpessoal também é característica determinante.

Aline Barros diz que as oportunidades são muitas, mas para resultados

eficientes é preciso estar de acordo com as competências técnicas e comportamentais exigidas pela empresa. Comprometimento, comunicação, foco na prioridade, proatividade, trabalho em equipe, liderança, planejamento e visão de negócio são alguns tópicos, apontados por Aline, elementares para ser contratado. “Temos notado que muitas empresas não conseguem cumprir seus prazos, e isso pode ser justificado pela pouca experiência, ou ausência dela,

do grupo de profissionais daquela companhia”, finaliza.

Sistema Cofea/Crea-RJ: Resolução nº 1.010

Outro assunto abordado é ministrado pelo engenheiro mecânico e civil Glauco Furtado, que conclui a série de palestras ao apresentar Grupo de Relacionamento Resolução nº 1.010, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea.

Segundo o engenheiro, a Resolução 1.010 estabelece normas e estruturas de uma concepção matricial, para efeito de fiscalização do exercício das profissões inseridas no Sistema Confea/Crea.

“Essa resolução atinge a todos os que são formados a partir de julho de 2007 e obrigatoriamente a todos os que estão matriculados a partir de julho de 2007, nos cursos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Geologia, Meteorologia, além de tecnólogos e técnicos, inseridos no sistema Confea/Crea. Além disso, traz uma nova visão sobre as atribuições dos profissionais”, conclui.

Saúde e Desenvolvimento Urbano

Especialistas criticam políticas públicas e afirmam dificuldades na saúde da população

No terceiro dia do Fórum de Engenharia, dia 18 de março, na Seaerj, os participantes discutiram sobre “Políticas Públicas e Desenvolvimento Urbano, Educação, Habitação, Saúde, Segurança e Saneamento”. A médica Narciza Maia e o arquiteto e professor da Universidade Federal Fluminense Fabrício Leal realizaram palestras sobre saúde e políticas para o desenvolvimento da sociedade.

Dificuldades na saúde

A médica Narciza Maia afirma que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde é um bem estar social, físico e mental. Pessoas da plateia alegam que, de acordo com esta afirmativa, seria muito difícil, então, manter a plena saúde. Narciza fala também da evolução da medicina e garante que as mortes por causas externas estão aumentando muito, enquanto diminuem as mortes por infecções e doenças parasitárias. Com relação às mortes por causas externas, Narciza Maia considera que falta educação no nosso país. “As pessoas estão perdendo conceitos éticos e morais”.

População desvalorizada

O arquiteto e professor da UFF Fabrício Leal faz uma crítica ao programa Minha Casa Minha Vida. “O empresário decide onde a população de baixa renda vai morar. Não podemos colocar as pessoas morando a 3 horas do trabalho”. Na opinião de Fabrício Leal, o Poder Público sempre fechou os olhos para a população em áreas de

risco. “Não se pode, na primeira chuva, remover famílias sem avaliações profundas e deixar a população apavorada. Esta é uma política cruel.”

Fabrício Leal considera também que o Plano Diretor deveria organizar racionalmente a cidade. “O Plano Diretor tem normas que interferem com outros projetos. Infelizmente, não é o Plano Diretor que poderia nos ajudar”.

O arquiteto garante que reduzir a desigualdade é muito difícil. “Precisamos avaliar um plano pelos seus objetivos, e não apenas no seu resultado. Por exemplo, o PAC é mal distribuído, não é democrático, mas é melhor do que dar dinheiro na mão dos empresários da construção”.

No mês delas, o Sindicato homenageia mulheres engenheiras

Também no terceiro dia do Fórum de Engenharia, o SENGE-RJ, entregou flores a diversas engenheiras e recebeu “As Meninas do Nós”, grupo de percussão, para homenagear as mulheres. Com destaque especial à Lêda Mattos dos Reis, de 94 anos.

Lêda Mattos dos Reis foi a primeira engenheira a se associar ao SENGE-RJ. Formada em 1938, pela antiga Escola Nacional de Engenharia, do Largo de São Francisco, da Universidade do Brasil, atualmente Escola Politécnica da UFRJ. Ela não pôde estar presente à homenagem ao mês das mulheres, por dificuldades de locomoção, mas a sua filha Sônia Regis dos Reis Castilho, arquiteta, esteve presente no evento para representar a sua mãe.

A filha de Lêda dos Reis declara que é uma honra receber esta ho-



No último dia do Fórum, a médica Narciza Maia e o arquiteto Fabrício Leal abordam políticas públicas e saúde



Fabrício Leal: “O PAC é mal distribuído”



Narciza Maia: “Faltam conceitos éticos e morais”



As Meninas do Nós, grupo de percussão oriundo do grupo Nós do Morro, apresenta-se em uma homenagem às mulheres

menagem em nome de sua mãe. “Esta homenagem é um orgulho, tendo em vista que, quando a minha mãe se formou, poucas mulheres faziam o curso de engenharia, na turma dela eram apenas cinco, das quais apenas duas estão vivas”.

Lêda trabalhou no Observatório Nacional, no Departamento de Águas, na

Superintendência do Financiamento Urbanístico, antiga prefeitura do Distrito Federal, na Cedae. Sua filha afirma que ela nunca enfrentou preconceitos por ser mulher, apesar de explicar que Lêda nunca trabalhou em obras. Sônia conta que sua mãe, Lêda, foi incentivada pelo seu pai, engenheiro, a fazer o curso de engenharia. ■

Terceirização de serviços estimula fraudes

Trabalho precário e rotatividade em empresas aumentam o número de gatos. Consumidor paga por prejuízos na energia elétrica, gás e água.

Adriana Martins

O roubo de energia elétrica, gás, água, entre outros serviços públicos, é um crime, segundo o artigo 155 do Código Penal, que prevê pena de um a oito anos de prisão. Mesmo assim, o famoso “gato” se prolifera, muitas vezes, por culpa da terceirização de serviços-fins, segundo a opinião dos especialistas entrevistados pelo JE, que mostram as consequências da privatização e da terceirização de serviços, além dos prejuízos dos “gatos” para os consumidores, os riscos e a perda de direitos dos trabalhadores.

Para o diretor do SENGE-RJ Antonio Gerson de Carvalho, as empresas que assumiram o controle dos serviços privatizados, principalmente a Light, a Ampla, e a CEG, passaram a priorizar a redução de custos de pessoal e deixaram de lado a preocupação com a qualidade. A má qualidade dos serviços terceirizados é resultado da precarização do trabalho, o que significa um risco tanto ao consumidor quanto ao trabalhador, de acordo com o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Pedro da Cunha Carvalho.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RJ), Darby Igarya, também defende a ideia de que, com a diminuição de custos nas empresas que buscam terceiros, os direitos trabalhistas também ficam comprometidos. Já o diretor do SENGE-RJ e coordenador da Câmara de Engenharia Elétrica do Crea-RJ, Luiz Antônio Cosenza, acha difícil que uma firma que terceiriza serviços invista em treinamento de seus funcionários.

Prioridade apenas na redução de custos

Antonio Gerson de Carvalho chama atenção para o fato de que a terceirização se presta muito bem para serviços os quais

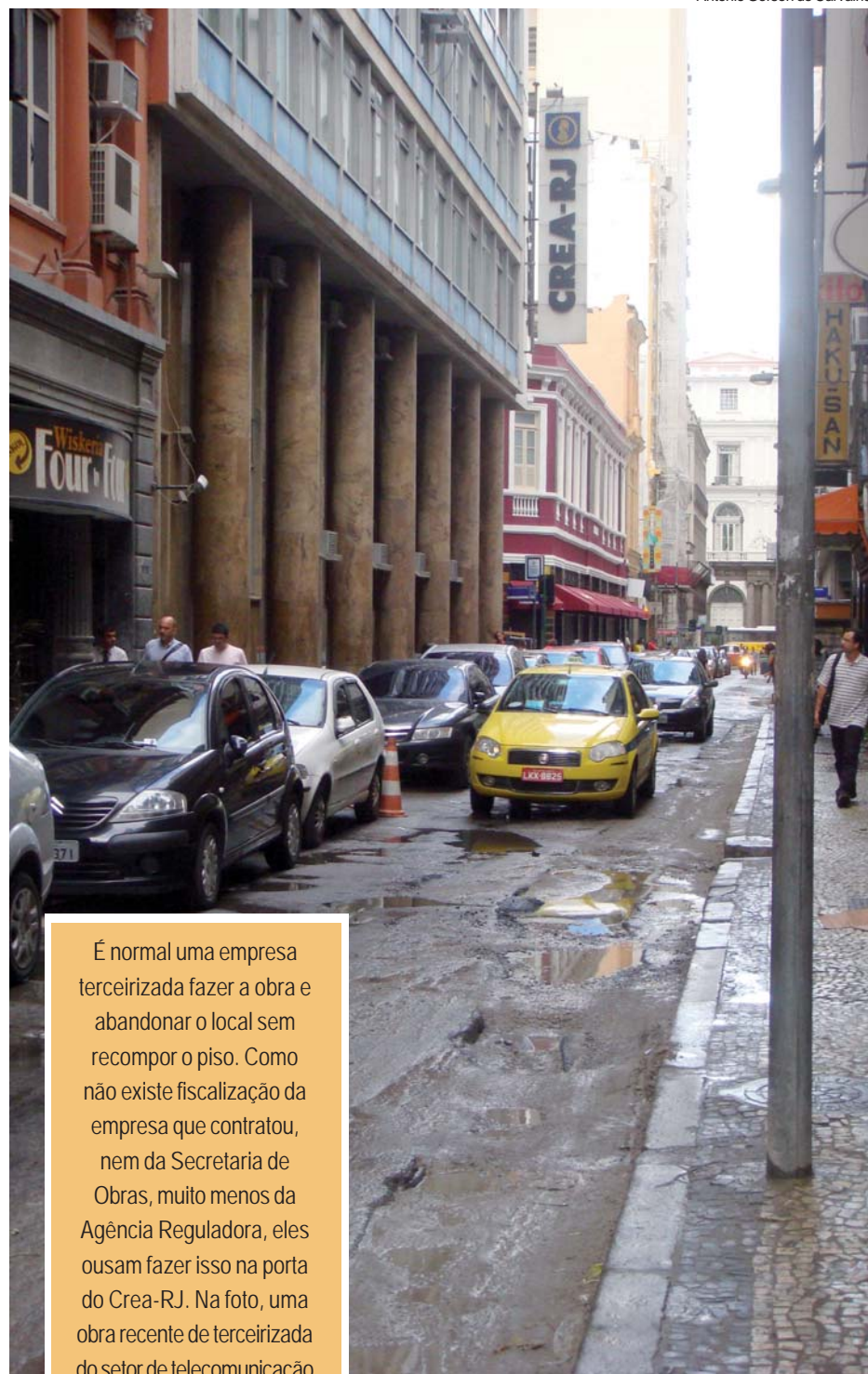
não são atividades-fins, ou seja, aqueles em que você não é o especialista para executar. “Então, terceiriza-se esse serviço contratando um especialista daquela área específica, na expectativa de reduzir custos e conseguir uma qualidade maior”. No entanto, para o diretor do SENGE-RJ, a ideia foi distorcida, pois as empresas passaram a contratar terceiros para realizar serviços que são suas especialidades, ao dispensar a mão-de-obra qualificada que possuíam e priorizar a redução de custos, sem focar na qualidade.

O outro aspecto negativo é a proliferação dos chamados “gatos”. Gerson diz que há uma razão direta para isso, já que, “no momento em que as empresas começaram a colocar terceiros para fazer os serviços, esses terceiros, sem vínculo com as concessionárias, sem garantias dos contratantes, e com rotatividade muito grande, acabam oferecendo os famosos ‘jeitinhos’ naquelas instalações que eles aprenderam a executar”.

Sendo assim, o diretor do SENGE-RJ afirma que, à medida em que a terceirização avançou, os gatos também avançaram. Ele considera incrível o fato de ser permitido às empresas a contratação de um número excessivo de trabalhadores terceirizados para atividade-fim, aumentando o risco das fraudes e piorando a qualidade e, mesmo assim, obterem retorno dos recursos desviados: “as empresas têm benefícios fiscais por conta das elevadas ‘perdas’ que os responsáveis pela fiscalização não conseguem bloquear”. O diretor do Sindicato ainda ressalva que, no final, é o consumidor quem paga por isso.

Sem gatos, tarifa reduziria em 17%

“Recentemente, os jornais divulgaram declarações do presidente da Light,



É normal uma empresa terceirizada fazer a obra e abandonar o local sem recompor o piso. Como não existe fiscalização da empresa que contratou, nem da Secretaria de Obras, muito menos da Agência Reguladora, eles ousam fazer isso na porta do Crea-RJ. Na foto, uma obra recente de terceirizada do setor de telecomunicação

Antonio Gerson de Carvalho

que 17% da tarifa de energia elétrica poderiam ser reduzidos, se não houvesse os gatos”, afirma Gerson. Ele ressalta ainda que a grande quantidade de gatos ocorre, principalmente, nos serviços de eletricidade, de água, gás e telecomunicações, exatamente nas áreas de atuação das empresas que promoveram esse processo de terceirização de serviços. “O que não é coincidência”, afirma.

O diretor do SENGE-RJ diz que combater a terceirização é reduzir fraudes e aumentar a qualidade e que, infelizmente, para o consumidor, as ações promovidas pelo Ministério Público e outras instituições não têm dado resultado.

Terceirizar, prejuízo para todos

O vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Pedro da Cunha Carvalho, considera que a terceirização de serviços-fins significa precarização do trabalho e é prejudicial a todos: “Ao empregado, por não ter segurança e treinamento adequados e por perder muitos de seus direitos, e à empresa solicitante, por receber uma mão-de-obra mal treinada e insatisfeita, o que acarreta em um maior custo”. Ele estima que o número de trabalhadores terceirizados a serviço da Petrobras possa chegar a 400 mil, sendo uma fonte de corrupção e nepotismo, com a contratação, inclusive, de parentes e amigos.

Outra questão abordada por Pedro da Cunha diz respeito às vagas de concursos públicos. A afirmação de que sobram vagas de reserva vai de encontro à nomeação de tantos terceirizados, uma vez que estes ocupam as vagas que deveriam ser dos aprovados naqueles concursos. “Isso desestimula a promoção de novos concursos públicos e desfaz a credibilidade da empresa”.

Além disso, segundo o vice-presidente da Associação, como não há treinamento adequado, o número de acidentes aumenta, mas as gerências da empresa omitem a maior parte dos acidentes de trabalho, para não ter um impacto negativo no conceito da companhia. “A terceirização tem aumentado o número de acidentes. A gente não vê isso, porque há omissão”.

Riscos iminentes

Segundo o diretor do SENGE-RJ e coordenador da Câmara de Engenharia

Elétrica do Crea-RJ, Luiz Antônio Cosenza, o número de vítimas de acidentes graves e fatais em setores como o de petróleo, energia elétrica e construção civil, dentre outros, é um indicador do elevado número de trabalhadores terceirizados. Ele cita o acidente que ocorreu na Ponte Rio-Niterói, em março deste ano, no qual dois trabalhadores morreram e um está em estado grave. A queda de energia na via provocou ferimentos em três colaboradores da empresa Álamo Engenharia, contratada pela CCR Ponte, para realizar serviços de manutenção elétrica da Ponte Rio – Niterói.

Luiz Antônio Cosenza diz que aqueles operários não tinham treinamento adequado para exercer a função. “As empresas demitem um engenheiro que, por sua vez, monta uma companhia que trabalha ‘a serviço’ daquelas mesmas empresas. E este engenheiro, que abre uma firma para prestar serviços, dificilmente investe em treinamento e capacitação de seus funcionários”, explica.

E o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RJ), Darby Igayara, confirma a questão: “Falta um trabalho qualificador, com treinamento dos profissionais. E, na maior parte dos casos de acidentes ocorridos, os serviços são realizados por essas empresas terceirizadas”.

Perda de direitos trabalhistas

Darby Igayara considera que deve haver isonomia entre todos os trabalhadores. Embora acredite que o número de terceirizações tenha diminuído, devido às lutas incansáveis da CUT, acentua que muitos empregados sofrem redução ou perda de direitos. “Muitas empresas prestadoras de serviços não garantem direitos ao trabalhador e oferecem salários muito baixos”.

Igayara afirma ainda que a CUT tem tido discussões e intervenções, junto a projetos de lei sobre a terceirização e contra a precarização do trabalho, que tramitam no Congresso. “Estamos nos empenhando para inviabilizar a terceirização e a quarteirização”, ressalta e completa que os investimentos da Central Única dos Trabalhadores, em frentes de ação para combater a precarização do trabalho, a igualdade de direitos e o resgate do valor social do trabalho, têm tido boas repercussões.

Balanço das negociações

Trabalhadores conquistam o maior percentual de reajustes acima da inflação desde 1996

Desde 1996, o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – acompanha a negociação dos reajustes salariais das principais categorias profissionais brasileiras. No último ano, foram analisados os reajustes de 700 negociações da indústria, do comércio e dos serviços espalhados por todo o país.

Foi apurado que 96% destas 700 negociações conseguiram, pelo menos, repor a inflação medida pelo INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esse desempenho é ligeiramente inferior ao observado em 2006 e 2007.

Contudo, chama a atenção o fato de 2010 ter registrado a maior proporção de negociações com aumento real nos salários de toda a série, sempre em comparação à inflação medida pelo INPC-IBGE. Ganhos reais para os salários dos trabalhadores foram conquistados em 89% do painel analisado.

Além da maior incidência de reajustes em percentuais superiores à inflação, no ano de 2010 também foi verificado um crescimento significativo no número de negociações com percentuais mais expressivos de aumento real. Neste ano, 106 negociações (15% do painel) apresentaram ganhos reais superiores a 3%. Ganhos superiores a 5% foram verificados em 28 negociações (4% do painel). Em 2009, 10 negociações (1,4% do painel) conquistaram ganhos reais superiores a 5% e, em 2008, apenas duas (0,3% do painel).

Vale a ressalva de que ainda é elevada a concentração de reajustes salariais próximos do índice inflacionário: aproximadamente 56% dos percentuais negociados superam a inflação em percentuais que variam de 0,01% a 2%.

Em 2010, nota-se também a queda no número de negociações com reajustes salariais insuficientes para repor a inflação e uma redução na magnitude dessas perdas inflacionárias. Aproximadamente 4% dos reajustes ficaram abaixo do INPC-IBGE. Desses, menos de 1% teve perdas superiores a 1%.

Provavelmente, a principal razão para estes resultados positivos é a retomada do crescimento econômico, observado desde meados de 2009, que superou os efeitos da crise econômica internacional no país. Nesse contexto de crescimento econômico e redução do desemprego, somados à manutenção da inflação em baixos patamares e à não menos importante liberdade para a negociação coletiva, as entidades sindicais dos trabalhadores encontraram um ambiente propício para cobrar melhora da repartição nos ganhos de produtividade das empresas.

No entanto, ainda persistem alguns riscos e desafios ao movimento sindical, como, por exemplo, o aumento das taxas inflacionárias, ou a redução do ritmo do crescimento econômico, que podem influir negativamente nas mesas de negociação em 2011.

Contudo, espera-se que a economia continue crescendo, ainda que em taxas menores, como indicam as projeções feitas por diversas instituições, e, além disso, há de se considerar a expectativa de que as taxas de desemprego continuem declinantes. Espera-se, portanto, em 2011, a manutenção desse cenário positivo. Cabe aos trabalhadores e entidades representativas continuarem lutando por melhores salários e uma melhor distribuição de renda.

• Para informações mais detalhadas, acesse o balanço das negociações dos reajustes salariais em 2010, disponível no endereço eletrônico do DIEESE (www.dieese.org.br).



Estudantes e representantes do Diretório Acadêmico do Cefet em reunião, no SENGE-RJ, fazem parceria com diretores do Sindicato e pedem auxílio para melhorias no Centro Universitário

SENGE-RJ apoia estudantes do Cefet

■ Diretores do Sindicato manifestam-se em defesa dos alunos do Cefet

O SENGE-RJ enviou uma carta de apoio à reivindicação dos estudantes do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet) de transformar a Instituição em Universidade Tecnológica. Os estudantes e representantes do Diretório Acadêmico protestam também contra a corrente que

pretende mudar o Cefet para Instituto. O Sindicato enviou carta manifestando a sua defesa para a Presidência da República, o Ministério da Educação e a direção do Cefet.

Estudantes defendem a formação superior

O presidente do Diretório Acadêmico do Cefet, Fábio Augusto de Alcântara Andrade, explica que o Cefet é uma instituição singular. “O Cefet já é grande demais para ser Instituto, seria um passo para trás,

acabariam alguns cursos de graduação e haveria redução dos cursos de bacharelado para 30%”.

Fábio Andrade afirma que a melhor opção é a mudança para Universidade Tecnológica. “Hoje não há mais a opção de continuar como Centro de Educação, precisamos continuar com a ampliação, a abertura de novos cursos. Mudar para Universidade Tecnológica será bom para o Brasil, com mais acesso ao nível superior, para o país se desenvolver mais e a sociedade ter mais benefícios”.

Diminuição de engenheiros

O vice-presidente do Diretório Acadêmico, Luciano Netto de Lima, diz que é urgente a luta para o Cefet não virar Instituto. “Hoje o Cefet tem cursos de engenharias e administração, alguns tecnólogos e licenciatura de física. Com essa redução de cursos de bacharelado e algumas pós-graduações para 30%, algumas engenharias seriam extintas, o que reduziria o número de engenheiros, que já está em baixa no país. Precisamos de mais engenheiros para o Brasil crescer mais”.

art

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Sindicato discute o Projeto Central com o deputado Marcelo Freixo

• Os diretores do SENGE-RJ Jorge Saraiva e Luiz Antônio Cosenza estiveram no gabinete do deputado estadual Marcelo Freixo, junto com o presidente da Federação Municipal das associações de moradores e entidades organizadas de Guapimirim, Messias Ferreira da Silva, e o diretor Luiz Mário dos Santos. Marcelo Freixo garante que vai estudar o Projeto Central – Aceleração do Transporte Ferroviário no Rio

de Janeiro, para entrar com apoio.

Jorge Saraiva explica que o Projeto Central é de baixo custo e pretende beneficiar toda a sociedade. “Vamos trabalhar e divulgar o projeto para que adesões continuem acontecendo, queremos mais adesões de entidades e de parlamentares, para dar consistência ao projeto, a fim de que possa ser uma frente suprapartidária”.

A iniciativa do Projeto Central é uma

realização do SENGE-RJ, com o apoio do CREA-RJ, e elaborado pelo grupo de profissionais dedicados ao estudo do setor: Jorge Saraiva da Rocha, diretor do SENGE-RJ e engenheiro da Central; Luiz Antônio Cosenza, diretor do SENGE-RJ e vice-presidente do CREA-RJ; Tânia Regina Ferreira, assistente social da Central e diretora da REFER; Sidney de Paula e Silva, ex-Diretor do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil.